



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VANUZA DE OLIVEIRA BARBOSA

**NASSAU, O “BRASILEIRO” – DE INVASOR A BENFEITOR NA ESCRITA DE
PRADO, MELLO E ALMEIDA**

CAMPINA GRANDE-PB

2018

VANUZA DE OLIVEIRA BARBOSA

**NASSAU, O BRASILEIRO – DE INVASOR A BENFEITOR NA ESCRITA DE PRADO,
MELLO E ALMEIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Área de pesquisa: História e Narrativa

Orientadora: Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro.

Campina Grande – PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238n Barbosa, Vanuza de Oliveira.
Nassau, o Brasileiro [manuscrito] : de invasor a benfeitor na escrita de Prado, Mello e Almeida / Vanuza de Oliveira Barbosa. - 2018.
28 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Historiografia Paraibana. 2. Domínio holandês. 3. Narrativa.

21. ed. CDD 907.2

NAYARA DINIZ SILVA MINEIRO

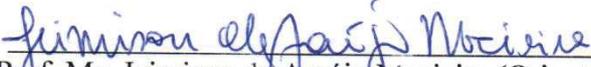
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO COMPONENTE
CURRICULAR ESPORTES I NUMA PERSPECTIVA DE MONITORIA

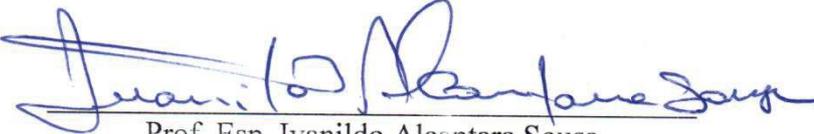
Artigo apresentado ao Curso de
Graduação em Educação Física da
Universidade Estadual da Paraíba, em
implemento a exigência para aquisição
do grau de Licenciatura em Educação
Física.

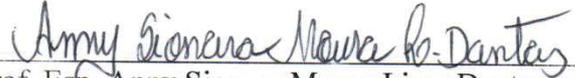
Área de concentração: Estudos
pedagógicos na educação física.

Aprovada em: 08/06/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Jeimison de Araújo Macieira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Ivanildo Alcantara Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Anny Sionara Moura Lima Dantas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Ter sido amado tão profundamente, mesmo que a pessoa que nos amou já tenha morrido, nos confere uma proteção eterna”. (Alvo Dumbledore)

Ao coração avô que me acolheu como filha,
À inocência “voterna” que me adotou como mãe,
E ao pequeno grande homem que me elegeu como amiga.
(In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Quem me conhece sabe o quanto aprecio a palavra escrita que, quando bem dita, torna-se bendita. Costumo dizer que há entre nós um caso de amor eterno. A palavra evocada e exigida para este momento não poderia ser mais coerente. Se a gratidão fosse uma *estação* da vida, decerto, seria a primavera da alma, a exalar o aroma das rosas e embelezar o semblante de quem as contempla.

Floriram minha existência um jardineiro e uma rosa. O primeiro, ao lidar com as sementes me ensinou – e ensina, posto que há muito o que aprender – preciosas lições sobre cuidado, respeito e paciência; a segunda, por sua vez, me ensinou que o espinhos da vida não a tornam menos bela.

Aplicando às relações humanas o conhecimento apreendido pela observação da natureza das coisas, pontuo o zelo na manutenção do afeto daqueles que nos são caros, através do respeito ao tempo de cada um, bem como ao nosso próprio tempo, e a paciência para esperar a colheita, ou mesmo, contemplar as flores. Como fruto da minha gratidão, ousarei firmar nomes que, de uma ou outra forma, estiveram presentes quando da minha formação acadêmica e humana.

À Doutora Luíra Freire Monteiro, professora que conquistou a simpatia do meu jardineiro e através de quem também aprendi lições de jardinagem. Que passeou pelos bosques da minha alma e, mesmo descobrindo que eu não sou “flor que se cheire”, não cessou de me cercar com seus cuidados. Sinto-me agraciada por ter sido, desde o início da graduação, acompanhada e orientada pela excelência de tua maestria. *Thank you so much!*

Ao Professor Doutor Flávio Carreiro de Santana, cujos costumes trazidos do sertão me trazem à memória recordações bonitas. Pela capacidade de fazer escapar um sorriso mesmo quando os olhos chovem. (te devo um susto, ou dois!)

Ao Corpo Docente do Curso de História da UEPB, Campus I, pela valorosa contribuição na minha formação intelectual.

Ao Professor Glauber Paiva que, em parceria com o Professor Flávio, compôs a Banca Examinadora.

À Arleide, que sempre me atendeu prontamente quando de minhas (muitas) idas à Coordenação.

À turma de História do semestre 2013.1, do turno da manhã, em especial às queridas Jussara Fragoso, Rafaela “Bündchen” Barros, Sarah Renata e Cleane, bem como, Geovana Diniz – de outras turmas pelas quais passei, pelo apoio de sempre.

Às irmãs da minha vida, Jaqueline Oliveira (Kelly), cuja existência dá sentido aos meus verbos; Lucineide Costa e Amanda Santos, eleitas e legitimadas pelo meu (suposto) coração. Há quem diga que amizade de infância brindada com polidor de alumínio não se dissolve no tempo.

Às minhas tias Lita, Sandra, Ana, Tânia e Dina, e ao meu tio Arimatéia.

À Miscilene Vitória, Angélica Nascimento, Laís Olimpio e Mércia Geane, amigas construídas em solo Sagrado. Obrigada por compartilharem comigo do amor pela harmonia vocal. Sinto falta de somar, dividir e multiplicar vozes com vocês.

Ao Filype, que me incentiva a dizer sim à vida nos seus mais loucos sentidos.

À “Bacatinha Hobsbawm” e Márcio (igualmente bacana, conste!), cujas companhias e sorrisos aliviaram as esperas nas manhãs das nossas “Quartas Filosofais” e tardezinhos de sexta. A eternidade passou por cada pastel de queijo e café quentinhos tão zelosamente reservados.

E ao bom Deus, que não cansa de por detalhes na minha alma...

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. Contextualização dos holandeses no Brasil e na Paraíba	11
3. O historiador da verdade paraibana	13
3.1 A desqualificação flamenga no discurso de Almeida	14
3.2. Nassau, o imparcial	15
4. O historiador combatente	16
4.1. Os cobiçosos holandeses	17
4.2. A brisa nassoviana.....	18
5. O historiador “apaixonado”	19
5.1. De benfeitor a invasor: o holandês da narrativa de Prado	20
5.2. Nassau, o Salvador: o elogio nassoviano na composição pradiana	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
FONTES DE PESQUISA.....	25

RESUMO

O nome sobre o qual versa o presente trabalho foi forjado no contexto em que parte da América cognominada por Brasil esteve sobre domínio batavo. Comumente associado ao estado pernambucano, visto o progresso e melhorias implementados quando de seu governo, João Maurício de Nassau-Siegen foi imortalizado, tanto em praças, pontes e jardins, como na memória popular e escritos de intelectuais – recifenses ou não – que se propuseram a discutir aspectos de sua passagem e administração. A despeito de, mormente, ser associada à Capitania de Pernambuco qualquer fala que remeta àqueles tempos, os flamengos por cá estiveram e, no interior da historiografia encetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o tema pousou com destaque, haja vista que, dali, os intelectuais extrairiam um dos elementos da *paraibanidade* vislumbrada por DIAS. Derivado do IHGB, aquele Instituto replicava para o âmbito local as pretensões de construir um passado glorioso para a Parahyba, através do elenco de fatos capazes de engrandecê-la, e ao seu povo, em virtude de atos heróicos. Assim, o domínio holandês na Paraíba foi tomado, na historiografia local, pelo viés da resistência que acentuou o cariz bravio de sua gente e a necessidade premente de separação da capitania vizinha. Sabendo da impossibilidade de dissociar o conde alemão do capítulo holandês da História do Brasil, objetivamos, no presente trabalho, versar acerca dos mecanismos retóricos através dos quais sua figura foi arquitetada nos discursos de três historiadores que se debruçaram sobre a História da Paraíba – precisamente, o período de domínio batavo no território paraibano. Assim, através da comparação das retóricas dos paraibanos Horácio de Almeida (História da Paraíba – Tomo I) e José Octavio de Arruda Mello (História da Paraíba – Lutas e Resistência), bem como, do paulistano João Fernando de Almeida Prado (A Conquista da Paraíba), perscrutaremos como (e se) o Príncipe de Nassau aparece, que espaço é dado ao famigerado funcionário da WIC nas linhas dos supracitados intelectuais. Para tanto, levaremos em conta a formação autoral e lugar social dos mesmos, nos termos apontados por CERTEAU (2007).

Palavras-chave: Historiografia Paraibana. Holandeses. Narrativa.

1. INTRODUÇÃO

O período da história que qualifica as capitanias açucareiras (do Brasil) como posses neerlandesas¹ no Novo Mundo mereceu a atenção de vários estudiosos, a exemplo do

¹ É fator comum das narrativas que discorrem acerca do período holandês do Brasil, a utilização indiscriminada de quatro termos em referência aos estrangeiros que aqui estavam, a saber, *holandeses*, *neerlandeses*, *flamengos* e *batavos*, o que, não raras vezes, acaba por confundir o leitor. Para melhor compreensão dos termos, faz-se necessário pontuar que a Holanda que colonizara o (nascente) Nordeste brasileiro, configurava-se como uma das sete Províncias do Norte dos Países Baixos – a mais famosa – que, no ano de 1579, separaram-se das Províncias do Sul e, em 1581, proclamaram-se Independentes da Espanha, a propósito, ver FEIST. Hildegard. *Pequena História do Brasil Holandês*. São Paulo: Moderna, 1998. Nesse sentido, literariamente, tais termos podem ser utilizados como sinônimos, haja vista que, no contexto geral, se referem ao que está relacionado aos Países Baixos. No mais, pontuamos que: *neerlandês* é o idioma falado em todas as Províncias dos Países Baixos; o *flamengo*, por sua vez, designa o habitante (da metade setentrional, historicamente pertencente aos PB) da Bélgica que falam o neerlandês, em detrimento dos demais belgas, que falam francês ou alemão; quanto aos *batavos*, diz-se dos povos germânicos que habitavam a Batávia, região que corresponde, aproximadamente, ao território dos atuais Países Baixos. Informações disponíveis em <

historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello que, por sugestão e incentivo de Gilberto Freyre – renomado autor de *Casa Grande & Senzala*² – aprendeu o holandês antigo, no intuito de especializar-se no conhecimento do período flamengo da história brasileira, conforme assevera PUTONI³. O supracitado período também exerceu fascínio sobre o historiador e antropólogo Luís da Câmara Cascudo – para o qual os holandeses ultrapassam a lógica de objeto de pesquisa, configurando-se como presença atualizada em sua memória.

Não obstante a valorosa contribuição dos intelectuais que versaram – e versam – sobre o tema, cabe ressaltar que a produção historiográfica acerca daquele período, mormente, confere a Pernambuco o cariz de protagonista. Aspecto justificável, considerando que aquela capitania ostentou o posto de capital da Nova Holanda, mas reprovável, no sentido de subentender que o domínio batavo configura-se como fato específico da mesma. Assim, não raras vezes, ainda que de modo inconsciente, acabamos por reproduzir esse discurso quando, ao ouvirmos o (historiograficamente construído e consagrado) termo Brasil Holandês, majoritariamente, o associamos àquele estado brasileiro.

A despeito das poucas vezes em que é citada na produção de intelectuais da estirpe de José Honório Rodrigues e Evaldo Cabral de Melo, a Parahyba esteve inscrita no rol das capitanias tomadas pelos neerlandeses e sua presença não passara despercebida aos olhos dos intelectuais que ansiavam por conferir àquela uma história singular: um passado glorioso. Contudo, foi sob o signo da resistência dos locais que o domínio holandês foi arquitetado nos discursos dos intelectuais do *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*⁴, de modo que, a guerra de expulsão dos batavos configura-se como um dos mais expressivos momentos para definir a pretendida *paraibanidade*⁵.

<http://fatoshistoricosdobrasil.blogspot.com/2012/02/holandeses-batavos-flamengos-post.html>>. Acesso em 02 de junho de 18, às 03h07min.

² Publicada em 1933, a obra consiste no primeiro livro de uma trilogia composta por *Sobrados & Mucambos* (1936) e *Ordem & Progresso* (1957). Nela, Freyre se destaca pela forma inovadora com que aborda a formação do Brasil, prezando pelos aspectos culturais em detrimento de dados econômicos.

³ PUTONI, Pedro Luís. *No Tempo dos Flamengos: Memória e Imaginação*. In: *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012.

⁴ Instituição fundada em 1905 com o objetivo de elaborar uma narrativa que marcasse ‘a passagem de uma Parahyba sem História, para uma Parahyba com história, e escrita pelos paraibanos’. Para a arquitetura de um passado singular, sem manchas, e desvinculado da história pernambucana – na qual a Parahyba configurava-se como mero apêndice – os intelectuais daquele local de produção de saber elegeram acontecimentos que, além de glorificar o território paraibano e sua gente, pudessem inserir a Parahyba nas embrionárias lutas nacionais. A propósito, ver DIAS, Margarida Maria S. *Intrepida ab origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: Almeida editora, 1996.

⁵ Além da pretensão de dotar a Parahyba de uma História Oficial, os iagagepeanos almejavam conferir à população local uma identidade comum, forjada através da classificação de acontecimentos capazes de fazer emergir o cariz peculiar do paraibano, exemplificado nas qualidades dos grandes heróis da terra. Essa identidade ficou conhecida

O Brasil Holandês, marcadamente pernambucano, também gestou a força de um nome: João Maurício de Nassau-Siegen⁶. Cristalizado em pontes e instituições de ensino, o popularmente conhecido Maurício de Nassau, configura-se como uma das personalidades mais lembradas da época em questão, de modo que, não faz-se necessário ser um estudioso para saber ligar o nome ao fato. Em contrapartida, seu nome não figurou como objeto de pesquisa apenas entre historiadores, mas também de economistas, a exemplo de Ricardo José de Lima e Silva, que pontuou a estratégia da saudade como um dos aspectos da administração nassoviana, o que acentua o cariz positivo da mesma, conforme veremos:

Mais do que a força, o administrador Nassau talvez tenha sabido utilizar inteligentemente o discurso teleológico ao buscar o ‘consenso’ como possibilidade de alcance de um ponto compensatório que proporcionasse um novo patamar de equilíbrio entre o movimento de contra-hegemonia (dominados) e hegemonia (WIC), postos permanentemente como dilema da ocupação holandesa. (SILVA, 2012, p. 144)

Aquele intelectual também compartilha as opiniões de Charles Boxer e Evaldo Cabral de Mello acerca do administrador da América Neerlandesa ao pontuar que:

[...] há de se considerar que Nassau, dotado de extraordinária inteligência, extremada formação intelectual e de profunda instrução militar, era um homem à frente do seu tempo, na opinião, por exemplo, de Boxer e Evaldo Mello, entre outros. As aparentes qualidades de percepção aguçada e capacidade de abstração de poder de síntese o caracterizaram como notável estrategista, não só na arte da guerra, mas também na de administrar. (SILVA, 2012, p. 143)

É interessante perceber como, num evento histórico que serviu para a construção de heróis locais, o estrangeiro teve lugar de destaque. O intelectual recifense Leonardo Dantas Silva assevera que o governador do Brasil Holandês é, até hoje, lembrado como o *Brasileiro*, visto o progresso e embelezamento que proporcionou à capital pernambucana, através da construção de pontes, palácios e jardins. Marcas de sua impecável atuação no capítulo daquela história.

Sete anos de governo foram necessários para imortalizar a figura do Príncipe João Maurício de Nassau no discurso de intelectuais pernambucanos. Entre as gentes mais simples,

por “paraibanidade”. Os eventos que demarcariam a personalidade do paraibano foram pontuados, também, por Dias (1996). Segundo aquela historiadora, os supracitados intelectuais construíram um paraibano pacífico, em vista do Acordo de Paz firmado em 1585; civilizado, posto que Filipeia surge com o status de cidade; bravo, em decorrência da sua resistência ante o invasor holandês; independente, cariz denotado quando de sua insubordinação a Pernambuco e, por fim, fadado ao republicanismo.

⁶ Nascido em Dillenburg, Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679) foi o conde e príncipe do Sacro Império Romano-Germânico que, entre 1637 e 1644, foi contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para governar as capitanias açucareiras do Brasil.

a memória do conde parece ser evocada sob a égide da afetividade. O tom dos discursos acerca do mesmo encontra fácil justificativa: o legado material de sua passagem por aquelas paragens.

E quanto aos paraibanos? Que lugar ocupa o governador da América Neerlandesa nas páginas dos homens de letras? Aparece nas falas dos historiadores locais? Teria passado por estas paragens e deixado alguma contribuição? Numa historiografia que concentrou esforços na criação de grandes nomes e fatos nacionais, teria o estrangeiro, a serviço dos inimigos invasores hereges, algum lugar de relevância? Estão lançados os problemas que nortearam nossa investigação.

No intento de responder às supracitadas questões, nos apoiaremos na sensível escrita de três historiadores que fazem parte do seleto grupo de intelectuais dos Institutos Históricos e Geográficos – tanto no âmbito local, quanto nacional. Destarte, destacamos um texto de cada autor, a saber: *História da Paraíba (Tomo I)*, do areense, Horácio de Almeida; *História da Paraíba – Lutas e Resistência*, do pessoense José Octávio de Arruda Mello; e *A Conquista da Paraíba (Séculos XVI e XVIII)*, do paulistano João Fernando de Almeida Prado⁷.

Nossa metodologia de investigação pauta-se na comparação do discurso dos intelectuais supracitados, enfatizando detalhes de suas respectivas retóricas acerca do tempo em que a Parahyba foi palco do domínio batavo e, mais precisamente, no que concerne à figura do conde de Nassau. No tocante à escolha dos autores e textos, justifica-se pelo lugar de produção do saber ao qual estão vinculados que, por si, confere aos mesmos o cariz de expoentes da *historiografia paraibana*, replicando, para esse conceito, o modelo de MONTEIRO⁸ quando do esclarecimento do que considera por *historiografia brasileira*.

Ressaltamos, ainda, que não intencionamos abordar toda a obra dos autores elencados, tampouco, toda a narrativa das discussões levantadas pelos mesmos⁹. Assim, a despeito de

⁷ Não obstante o fato de não ser filho da terra, como os demais autores elencados, Prado se debruça sobre o passado paraibano nos moldes de um verdadeiro historiador do IHGP. Ressalte-se que aquele intelectual estava vinculado ao IHGB – instituição autorizada para a produção das narrativas oficiais do passado histórico brasileiro – da qual o IHGP deriva. Justificamos, desta feita, a escolha de sua obra para compor as fontes de nossa investigação.

⁸ A autora considera o conceito nos termos de Carbonell, a saber, uma história do discurso afirmado como verdadeiro que os homens construíram acerca do passado, discursos que são passíveis de revisão e análise. MONTEIRO, Luíra Freire. *Retórica da Alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira*. São Paulo: Hedra, 2016.

⁹ Asseveramos que tal discussão foi feita quando de nossa participação no Projeto de Pesquisa da qual este trabalho é fruto. A saber, *Arquitetura do outro: Narrativas historiográficas sobre a presença holandesa na Parahyba colonial*. (PIBIC/CNPQ – Cota 2016-2017 – pesquisa orientada pela Profª. Dra. Luíra Freire Monteiro).

pontuar outros fatos e feitos dos tempos dos neerlandeses, limitamos nossa pesquisa à análise do espaço reservado (ou não) ao governador do Brasil Holandês nas páginas nas quais se pretendeu arquitetar a história da Parahyba, caracterizada pela construção de heróis locais e ênfase às questões nacionais, em consonância com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).

Pontuamos, também, que para melhor organização das narrativas, a estrutura deste artigo obedece a uma lógica. Assim, antes de partirmos para a efetiva análise dos textos, faremos uma breve contextualização dos holandeses no Brasil e na Paraíba. No tocante às obras, serão distribuídas, não pela ordem de publicação, mas levando em conta a origem local dos autores elencados. Quanto às análises, em si, serão estruturadas da seguinte forma: breve apresentação de cada autor e linhas gerais de suas respectivas obras, suas considerações sobre os holandeses e os apontamentos sobre Maurício de Nassau¹⁰.

Adentrando o território de nossa investigação, voltemos nossos olhares aos meados do século XVII, recorte temporal que contemplou os vinte anos de ocupação neerlandesa na capitania da Parahyba, palco de uma guerra cuja resistência dos moradores configuraria, dois séculos mais tarde, como elemento da – já mencionada – paraibanidade: a bravura.

2. Contextualização dos holandeses no Brasil e na Paraíba

É sabido que o denominado Brasil Holandês tem seu início efetivo no ano de 1630, com a conquista de Pernambuco. Contudo, seis anos antes, os batavos tiveram um ensaio de ocupação naquela parte da América. Na ocasião, invadiram (São) Salvador que, além de configurar-se como capital da colônia, contava com verdejantes canaviais e produtivos engenhos. Ali, os inimigos¹¹ de Espanha ficaram por onze meses, retirando-se no mês de abril de 1625.

¹⁰ Justificamos a escolha de analisar, separadamente, os demais funcionários da WIC no intuito de facilitar a exposição de possíveis diferenças no trato discursivo dispensado aos mesmos e ao conde.

¹¹ A rixa entre Espanha e as sete províncias do norte que, em 1579, separaram-se das do sul e formaram a República das Províncias Unidas (ou Holanda) é antiga, configurando-se, efetivamente, como uma Guerra que ultrapassara continentes. Súditos da Espanha desde 1477, quando do casamento da duquesa Maria de Borgonha com um arquiduque da dinastia dos Habsburgo, aquelas províncias – cansadas dos abusos do Monarca que herdara o domínio – proclamaram-se independentes no ano de 1581 e seus habitantes, doravante, além de professarem o calvinismo, conheceriam significativa prosperidade, tornando-se, aferrados senhores dos mares no século XVII. Adeptos do mercantilismo, os flamengos teciam relações comerciais com os portugueses, mas viram seus negócios prejudicados quando as circunstâncias os converteram em inimigos. Para os neerlandeses, se apoderar das capitânias açucareiras significava, concomitantemente, recuperar negócios lucrativos e diminuir o poderio de Filipe II.

Antes de retornar ao Reino dos Países Baixos, a esquadra neerlandesa fundeou na Baía da Traição, recebendo apoio de parte dos indígenas¹² locais que, quando da expulsão dos invasores pelos portugueses – quarenta dias depois – sofreram severos castigos pelo socorro prestado aos mesmos¹³. Quando regressaram à colônia ibérica, os flamengos estavam fortalecidos e prestes a expandir os seus domínios coloniais conquistando, gradativamente, seis¹⁴ capitanias, dentre as quais, a Parahyba figurava com acentuado grau de importância.

Contam-se três as tentativas holandesas de conquistar a capital paraibana antes do êxito, obtido em dezembro de 1634. Atraídos pela riqueza¹⁵ da terra – que configurava-se como uma das mais promissoras regiões açucareiras, ocupando o terceiro lugar dentre as capitanias mais ativas do Brasil – e motivados pela dificuldade de acesso ao comércio imposta pelos antigos inimigos espanhóis, tornados senhores das posses portuguesas quando da União Ibérica, os flamengos não mediram esforços no intento de conquistar o nordeste açucareiro, tendo organizado e fundado, em junho de 1621, uma poderosa empresa que serviria de instrumento de colonização neerlandesa no Novo Mundo, a saber, a Companhia das Índias Ocidentais¹⁶.

Durante as duas décadas em que esteve sob domínio neerlandês, a Parahyba, cuja capital fora renomeada Frederica, contou com cinco governadores, a saber, Servais Carpentier (1635/36), Ippo Eyssens (1636), Elias Herckmans (1636/39), Gysberth With (1639/1645) e Paulus Linge (1645/54). Dentre eles, dois destacaram-se pelas valorosas informações documentais deixadas acerca das riquezas da terra e do povo ali encontrados, conforme veremos mais adiante.

¹² Os Potiguara, ferrenhos opositores da colonização portuguesa, considerados bárbaros e selvagens por aqueles tomaram partido dos portugueses como verdadeiros colonizadores do território paraibano, a exemplo dos intelectuais do IHGP.

¹³ Este evento tem especial relevância na história da ocupação batava em terras paraibanas por ter alimentado o ódio dos potiguaras pelos portugueses, facilitando a vindoura aliança daqueles com os portugueses, por intermédio do índio Pedro Poti, investimento holandês que daria certo.

¹⁴ Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Sergipe (1635), Rio Grande (1637), Ceará (1637) e Maranhão (1641).

¹⁵ Há um relato de 1618 que informa sobre a riqueza do território. A respeito, ver BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 3. ed. Notas de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Massangana, 1997.

¹⁶ Doravante, utilizaremos a sigla WIC – West-Indische Compagnie para nos referir àquela empresa colonial.

3. O historiador da verdade paraibana

É de modo imperativo que Horácio de Almeida¹⁷ coloca a si mesmo como o escritor da verdadeira história da Paraíba, responsável pelo esclarecimento e correção do passado erroneamente elucidado nas narrativas anteriores. A despeito de advogar pela verdade dos fatos na escrita da história e preocupar-se com a questão documental, aquele intelectual tece críticas à narrativa enfadonha dos mesmos, o que torna árdua a tarefa de enquadrá-lo numa corrente.

A obra inscrita no rol de fontes que tomamos para nossa investigação – *História da Paraíba (Tomo I)* – foi produzida no período em que o Brasil vivia a Ditadura Militar, tendo seu lançamento antecipado para o mês de janeiro de 1966, em homenagem ao então governador paraibano Pedro Gondim, que estava terminando uma administração marcada pelo teor cultural.

Através de uma escrita clara e objetiva, o autor discorre sobre o desenvolvimento da Paraíba ao longo de quatro séculos, descrevendo os aspectos geográficos do território, suas gentes, riquezas e governos, dando especial atenção às expedições de conquista. A narrativa daquele intelectual denuncia os Institutos de produção de saber por onde ele transitara, corroborando o pensamento de CERTEAU¹⁸ a respeito da influência do lugar – social, político e epistemológico – do historiador na produção de seu discurso.

Nesse sentido, o período de domínio neerlandês, na perspectiva de Almeida, assume o sentido pressuposto pelo IHGP, sendo empregado como o momento em que o cariz da bravura do paraibano é acentuado pela resistência ao inimigo. Aliás, por inimigo, a narrativa do autor em questão compreende todo aquele que fosse contrário à colonização portuguesa, seja índio¹⁹ ou europeu.

¹⁷Natural de Areia, no brejo paraibano, Almeida nasceu em outubro de 1896 e viveu até junho de 1983. O filho de Rufino Augusto de Almeida e Adelaide Jocunda de Almeida iniciou os estudos aos seis anos de idade, interrompendo-os aos quinze para trabalhar no engenho do pai em virtude da manutenção da formação acadêmica do futuro médico da família, o seu irmão Elpídio de Almeida. Aos 23 anos, muda-se para a Capital e, dois anos depois, conclui o curso ginasial no Lyceu. É na Faculdade de Direito do Recife que bacharela-se no ano de 1930. Em 1936, aquele intelectual ingressa no IHGP, ocupando a cadeira de número 42; no IHGB, torna-se membro efetivo no mês de dezembro de 1978. Configura-se, também, como um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras. Motivado por desavenças políticas, no de 1946, muda-se definitivamente para o Rio de Janeiro, antes disso, porém, exerce o cargo Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado da Paraíba. Almeida também fora proprietário e diretor do *Jornal da Paraíba*. NASCIMENTO, George Silva do. *Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e sua História da Paraíba*. Dissertação de História d Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

¹⁹ Contudo, faz-se digno de nota o fato daquele historiador reconhecer o valor do primo de um dos heróis da Guerra de Restauração (Filipe Camarão), a saber, o índio Pedro Poti, comumente relegado ao silenciamento/esquecimento pela historiografia daqueles que tomaram partido apenas dos que lutaram ao lado dos portugueses. Assim, Almeida iguala-os em nível cultural, diferenciando-os apenas pelas alianças que fizeram no contexto dos embates. Outro ponto digno de ênfase em sua narrativa é o fato do mesmo não considerar a Poti ou

3.1 A desqualificação flamenga no discurso de Almeida

Não obstante o costume geral de contar duas décadas de domínio batavo na capitania da Parahyba, Horácio de Almeida faz questão de precisar o tempo de ocupação, reduzindo-o para dez anos e nove meses, visto que nos últimos nove anos de presença os holandeses limitaram-se ao Forte de Cabedelo. Aliás, o esforço daquele historiador em desqualificar o supracitado colonizador é notável, exacerbando-se na passagem em que – sem preocupação de justificar o termo – o autor os deprecia como “loucos flamengos”.

A despeito de reconhecer a genialidade dos forâneos na lida contra os oceanos e revelar um holandês hábil em travar relações com os indígenas locais, mesmo os tapuia, considerados os mais bárbaros selvagens dali, Almeida enceta uma comparação entre os feitos de portugueses e batavos no Brasil em que a superioridade daquele em relação a esse é evidenciada, revelando uma vez mais, a tendência²⁰ historiográfica dos Institutos de saber ao qual está vinculado.

Ainda no sentido de desvirtuar o poderio flamengo, o autor assevera que, em ordem de grandeza, a Parahyba figurava em terceiro lugar, ao lado de Salvador e Pernambuco, enfatizando que essa condição durou até a invasão. Aqui, além da tentativa de igualar a Capitania à vizinha, obedecendo mais uma proposição da historiografia iagagepeana, o autor acusa o inimigo de converter em malogros os venturosos tempos do passado colonial paraibano.

Para tanto, Almeida pontua a inabilidade dos batavos na lida com os engenhos e nega com veemência a existência de alargamento na economia paraibana (e brasileira) quando daquele domínio, tecendo ferrenhas críticas aos historiadores que, por ventura, o admitisse, conforme veremos:

Querer ver no domínio holandês do Brasil expansão do capital comercial europeu, com igual desenvolvimento da capacidade produtiva colonial é pretender substituir o conteúdo da história por outro de fundo ideológico,

Calabar como traidores, em vista do cariz independente desses personagens; realidades que o autor em questão não aplica ao jesuíta Manoel de Morais, que fora capaz de abjurar a própria fé e se bandear para o lado do inimigo de acordo com as conveniências.

²⁰ MONTEIRO (2016) assevera que a história nacional pretendida pelo IHGB elege o português como motor civilizacional. Assim o mito das três raças – formulado pelo alemão Carl Friedrich Von Martius, em sua tese intitulada “De como se escrever a História do Brasil” – foi empregado na construção da identidade dos nacionais e replicado quando da construção das identidades regionais. Tal mito consiste no elenco e interlocução de três raças (cores) formadoras da população brasileira, a saber, o branco (português), a vermelha (índio) e a preta (negros).

que transborda na imaginação abrasada de alguns historiadores *soi-disant* modernos. (ALMEIDA, 1997, p.210).

Percebemos, em linhas gerais, o cariz negativo com que o invasor neerlandês foi interpretado na composição almeidiana. Passaremos, então, à análise de sua fala em relação a um personagem em particular: o governador daquele domínio, o famigerado Conde Maurício de Nassau.

3.2. Nassau, o imparcial

A despeito do descrédito dispensado à administração flamenga na narrativa encetada por Almeida – que nos fez conhecer a inabilidade dos neófitos administradores na complexa atividade agrícola – uns poucos funcionários da WIC receberam, por parte daquele autor, algum reconhecimento. Foi o caso do governador alemão João Maurício de Nassau, arquetizado nas linhas almeidianas como notável estrategista, capaz, dentro das possibilidades, de conciliar os interesses dos senhores de engenho e dos da Companhia.

Almeida atenta-nos, ainda, para um Nassau imparcial no uso da justiça, não poupando sequer os funcionários daquela Empresa quando de atitudes reprováveis, e pontua o que considera o maior bem deixado pelo mesmo aos moradores da colônia, a saber, a liberdade de consciência e culto. Providências que, tendo alcançado êxito naquela capitania, expandiram-se às demais subjugadas pelo colonizador neerlandês.

No concernente aos bem materiais deixados por cá, não deixam de ser mencionados os melhoramentos – e rebatismo para Margareth – do Forte de Cabedelo, bem como, do molhe; e a edificação de alguns armazéns no Varadouro. Ressalte-se, porém, que o autor não se preocupa em detalhar valores dispensados pela Companhia nos ajustes empreendidos.

Em contrapartida, um bem de valor simbólico é ostentado pelo historiador paraibano, uma vez que, coloca aquela Capitania à frente da pernambucana. – recorde-se, aqui, que a história pretendida para a Parahyba, nos moldes do IHGP, visava separá-la, o quanto possível fosse, daquela que sediou o governo neerlandês. Assim, é com certo ufanismo que Almeida explica os seis pães de açúcar presentes no brasão que o conde, em sua primeira visita, atribuiu à Capitania da Parahyba:

“Querendo Maurício de Nassau distinguir a Paraíba com um brasão, ideou seis pães de açúcar, em forma piramidal, dispostos em três filas. Tal insígnia, logicamente, devia caber a Pernambuco, por ser a terra do açúcar, com 120 engenhos, enquanto a Paraíba tinha somente 18. O brasão dado a Pernambuco representava uma virgem mirando-se num espelho, com uma cana-de-açúcar na mão direita. Por que então os

pães de açúcar para a Paraíba? Pela fama que tinha o produto desta Capitania, considerado o melhor de todo o Brasil”. (ALMEIDA, 1997, p.216)

Percebe-se certa ironia na fala do autor, ao demonstrar a superioridade em quantidade de engenhos da Capitania vizinha em relação à Paraíba, bem como, peculiar prazer ao revelar que, embora seja numericamente inferior, ganha em qualidade o açúcar produzido em sua terra.

Cabe ressaltar, ainda, o amplo reconhecimento que Almeida estende a dois, dos cinco governadores que a Parahyba teve no tempo dos neerlandeses. As monografias históricas deixadas por Carpentier e Elias Herckmann foram largamente elogiadas por aquele intelectual, em face da valorosa contribuição para o conhecimento das terras e gentes. Esse, mais que aquele, foi pontuado como um homem de raras qualidades e sua *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* – escrita em 1639 e publicada em 1886, segundo Almeida – é imprescindível aos que desejam escrever a história colonial paraibana.

Destarte, inferimos que tal contribuição deve-se, ainda que indiretamente, ao governador do Brasil Holandês. Afinal, Herckmann faz parte do séquito de artistas, cientistas e paisagistas que, a convite de Nassau, o acompanharam na empreitada colonial, com a missão de registrar – das mais variadas formas – informações sobre o território e as gentes que governaria.

Diante do exposto, percebemos que Maurício de Nassau, a despeito de não ser exaltado, tem um lugar reservado nas linhas que Almeida dedica ao período neerlandês da Parahyba e, os mecanismos negativos dos quais aquele autor lança mão quando da arquitetura do holandês – invasor, herege, inimigo e “louco”²¹ – não se estendem ao administrador maior (ou, pelo menos, mais famoso) daquelas paragens.

4. O historiador combatente

O pessoense José Octávio de Arruda Mello²² atribui aos professores que teve nos cursos primário e secundário, a saber, Dona Tércia Bonavides, Aníbal Moura e Pedro

²¹ Aspeamos o termo pelo fato do autor não se propor à explicação de sua utilização.

²² Filho da terra, nascido em João Pessoa no ano de 1940, José Octávio é o quarto dos sete filhos de Arnaldo Vieira de Mello e Otilia Arruda de Mello. O esposo da senhora Amável e pai do Victor Raul bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais (1963) e História (1966) pela UFPB, possuindo Mestrado em História Social pela UFPE e Doutorado pela USP. O autor transita entre os mais renomados campos intelectuais, pertencendo aos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e Paraibano, à Academia Paraibana de Letras, à Associação Paraibana de Imprensa e Centro Internacional Celso Furtado, atuando, ainda, como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Professor aposentado da UFPB, UEPB e ex-coordenador editorial

Nicodemos, o gosto pela História. Discípulo do renomado historiador José Honório Rodrigues, o paraibano abraçou o que chama de História Combatente que, segundo o mesmo, combate pela verdade.

Em entrevista concedida ao jornalista Eri Alves, no programa Impressões, em agosto de 2017, Mello conta que *História da Paraíba – Lutas e Resistência* que, publicada originalmente em 1994, já está em sua décima terceira edição, surgiu despreziosamente quando, a pedido do amigo e jornalista Gonzaga Rodrigues, o autor selecionava dados para a composição de uma cartilha para o Conselho Estadual de Cultura. Segundo Mello, foi a sua “Amável” esposa que, vendo a qualidade do trabalho, o comunicara que ele estava escrevendo um livro.

A supracitada obra, na qual cada capítulo versa sobre um século – sendo o XX dividido em duas partes, por conta da Revolução de 30, dada a relevância da Paraíba no contexto – trata-se de um livro paradigmático no qual o autor discorre desde as origens da Capitania de Itamaracá, da qual a Paraíba deriva, até o Plebiscito de 1989.

Dentre os historiadores escolhidos para esta investigação, Mello configura-se como o mais recente a versar sobre o período holandês na Paraíba. É no segundo capítulo da referida obra que aquele autor, resumidamente, narra o tempo dos holandeses em território paraibano, abordando, através de tópicos, temas como a política dos mares ibéricos, o apoio que os batavos receberam dos cristãos-novos e tapuias, aspectos da administração holandesa, a resistência aos invasores – ressaltando a figura de Vidal de Negreiros²³ - e o triunfo nativista, pontuando, também, a contribuição holandesa para a cultura paraibana.

4.1. Os cobiçosos holandeses

É sob a pecha da cobiça que os batavos aparecem nas linhas de Mello, cuja narrativa elucida a riqueza da Capitania da Parahyba que, segundo ele, ao lado de Pernambuco e Itamaracá, rendia, à coroa portuguesa, mais que todo o comércio com as Índias – o que nos leva a pensar sobre a ausência de (São) Salvador, que configurava-se como capital colonial.

da UNIPÊ, José Octávio demorou treze anos (1976) para lecionar em universidades devido às perseguições políticas que sofrera durante o Regime Militar. Atuou também como jornalista, assessorando dois Governos Estaduais, tendo sido Diretor Geral de Cultura e Coordenador do Setor de Tele-educação da SEC/PB. O historiador – que estudou e lecionou no Lyceu Paraibano – Integra, também, o Conselho Estadual de Cultura. Dentre as variadas obras de sua autoria, destacamos *A Revolução Estatizada – Um estudo sobre a Formação do Centralismo em 30* (1982) e sua mais recente publicação, intitulada, *Os italianos na Paraíba, da Capital ao interior*. O autor é, também, fundador do *Grupo de Estudos José Honório Rodrigues*.

²³ Corroborando a ideia do IHGP de enaltecer grandes nomes e feitos de personalidades paraibanas, a figura de André Vidal de Negreiros, na narrativa de Mello, aparece sob a égide do heroísmo, sendo considerado “*um dos maiores paraibanos de todos os tempos*” (p.56). Destarte, inferimos que, mesmo se distanciando temporalmente do tempo de fundação daquele Instituto, o autor em questão atualiza o discurso pretendido pelo mesmo.

Contudo, o historiador em questão não se ausenta de reconhecer o poderio flamengo sob os mares nos quais a economia mercantilista circulava, bem como, não se abstém de justificar, para além da (natural) ambição, a rixa histórica entre aqueles e os espanhóis, acirrada quando o evento da União Ibérica resulta na perda das relações comerciais entre holandeses e portugueses.

Ao narrar as tentativas de invasão, Mello sempre vale-se do termo “assalto”, acentuando a característica de mercenário do batavo, e assevera que o êxito do invasor se deveu a sua manifesta superioridade militar, em detrimento do “heroísmo” dos defensores, lugar comum na escrita dos iagagepeanos sobre a época. Aquele autor também ressalta a brutalidade da repressão neerlandesa que corrobora o perfil rapino do invasor, conforme a citação abaixo:

Seus soldados, a maioria dos quais, mercenários, entregaram-se ao saque, enquanto a Companhia das Índias Ocidentais decidiu aumentar a contribuição dos que não colaboravam. Alguns engenhos e propriedades foram confiscados e, em 1645, o diretor geral Paul Linge, responsável por enforcamentos, mandou arrastar pela cidade o corpo de um condenado que morrera na prisão. (MELLO, 2007, p.55)

Contudo, o evento citado ocorreu onze anos depois da ocupação. No início, porém, Mello mostra um invasor interessado em conciliar-se com membros da elite local, no sentido de consolidar a conquista, mas assevera que, a despeito das adesões – lideradas por Duarte Gomes da Silveira – o neerlandês nunca se sentira seguro em terras paraibanas, em virtude da sensível resistência dos habitantes locais.

4.2. A brisa nassoviana

É de modo bastante breve que o conde de Nassau aparece nas linhas da narrativa de Mello. Contudo, aquele historiador reconhece a relativa estabilidade do período nassoviano no contexto da colonização neerlandesa, pontuando que, à época, os engenhos safrejavam, aumentando os lucros dos negócios do açúcar

Em Mello, conhecemos um governador bem intencionado, que preocupa-se com a fome dos compatriotas, o que o leva a incentivar o cultivo de mandioca nos engenhos. Vemos, ainda, o homem que cerca-se de boas companhias – intelectuais da melhor categoria.

Não obstante não precise o tempo de passagem de Nassau pela Parahyba, a fala do autor confere certa importância a sua visita, ao mencionar que o mesmo, em pessoa, esteve por estas paragens. A essa altura, Mello, tal qual Almeida, informa as medidas tomadas pelo governador na cidade de Frederica. Vejamos:

O próprio Nassau esteve por duas vezes na Paraíba, a segunda, para despedir-se, em 1644. Na primeira, em 1637, atribuiu à capitania um brasão com seis pães de açúcar, por reconhecer a excelência do ‘dulcíssimo açúcar’ paraibano. Determinou a reconstrução do Forte de Cabedelo, a melhoria do molhe e a edificação de alguns armazéns no Varadouro, mas... foi só. (MELLO. 2007, p.55)

Compreendemos que, quando comparados à grandeza dos feitos na capital do Brasil Holandês, os benefícios materiais por cá deixados foram ínfimos. Entretanto, diferindo-se da narrativa de Almeida, Mello considera como reconstrução a intervenção do conde na Fortaleza, rebatizada para Margareth.

Em contrapartida, quando do brasão conferido à Capitania, Mello evidencia o elogio do visitante ao açúcar paraibano. Aqui, enfatizamos o grau superlativo absoluto do adjetivo que aquele historiador atribui à fala do conde alemão que, recém-chegado às terras do Novo Mundo, provavelmente não tinha conhecimento do idioma local.

Outro ponto digno de nota na citação acima é a questão da despedida, subentendendo certo afeto por parte do conde; um *que* de consideração e respeito pela Capitania. Inferimos, assim, que Nassau, na narrativa encetada por Mello, não entra na Parahyba na qualidade de invasor. Aliás, não se percebe, em nenhum momento de sua fala, um indício que seja de mácula ao nome do governador.

5. O historiador “apaixonado”

Foi por encomenda do Embaixador²⁴ brasileiro em Portugal – interessado e apaixonado pela história de sua antiga terra, a Paraíba – e a convite da Sociedade de Estudos Históricos Pedro II que o historiador, jornalista e bibliófilo paulistano João Fernando de Almeida Prado²⁵ se prontificou a narrar a conquista e defesa do território paraibano.

Em *A Conquista da Paraíba* – obra publicada no ano em que o Regime Militar implantou-se no Brasil – o autor aborda temas que se estendem desde a descoberta do território até o século XVIII. Numa escrita fluida e um tanto quanto poética, Prado versa sobre as

²⁴ Embaixador Francisco de Assis C. Bandeira de Mello Correia de Oliveira Vasconcelos Brandão.

²⁵ Natural do Rio Claro, município de São Paulo, Prado nasceu em setembro de 1898, vivendo até os 89 anos e immortalizando-se na qualidade de suas obras. De família tradicional, estudou na Áustria (1911-1914) e na França (1920-1930), e foi considerado anticomunista por alguns jornalistas brasileiros. Eleito sócio correspondente do IHGB, aquele intelectual também figurou na Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira de nº18. Sua produção historiográfica segue os moldes das abordagens dos seus pares da década de 1930, versando sobre a formação da sociedade brasileira. Dentre suas obras, destacamos *Primeiros Povoadores do Brasil* (1935), *Pernambuco e as Capitânicas do Norte* (1939), *História da Formação da Sociedade Brasileira* (1945), *A Bahia e as Capitânicas do Centro do Brasil* (1950) e *São Vicente e as Capitânicas do Sul do Brasil* (1961).

grandezas daquela parte da América, “melhor aquinhoadada em riquezas naturais do que as vizinhas do Norte”²⁶, no seu dizer.

A narrativa pradiana dedica oito, de seus vinte e um tópicos, ao período em que parte do Brasil esteve sob o jugo de invasores holandeses – levando em conta os acontecimentos que precederam o evento, bem como, as consequências do mesmo para todas as partes nele envolvidas.

Antes de descrever os episódios referentes à ocupação neerlandesa nas capitânicas, o autor dedica algumas páginas à exaltação da prosperidade em que a Paraíba se encontrava no início do século XVII, cujo rendimento lhe concedia o terceiro lugar dentre as capitânicas mais ativas do Brasil, a saber: Pernambuco e Bahia, esta, privilegiada por sediar o governo-geral.

5.1. De benfeitor a invasor: o holandês da narrativa de Prado

O flamengo é (re)construído ao longo composição pradiana. Não em relação à colônia, mas à antiga metrópole. Isso porque o discurso daquele autor concebe a invasão holandesa como a mais danosa consequência da (forçada) União das Coroas Ibéricas, no sentido das profundas alterações causadas as suas políticas internas e externas. Assim, Prado é categórico ao pontuar que holandeses e portugueses não eram inimigos naturais, mas circunstanciais.

Ainda no sentido da operação discursiva que ressignifica o holandês de acordo com o desencadear dos acontecimentos, asseveramos que, antes de ser costurada a figura do invasor, tem-se o mercante que em muito auxiliou Portugal em seus negócios coloniais e cuja ausência lhe causaria danos. Aqui, o autor traz à baila o drama inserido na relação luso-neerlandesa, uma vez que, mais daninha que a supracitada ausência, seria sua “neófito” presença.

É de modo resumido que o autor descreve a ocupação neerlandesa nas capitânicas. A essa altura, nos apresenta um holandês certo da realização de suas metas, visto seu perfeito conhecimento acerca do terreno no qual operaria; resultante do apoio e orientação do cristão-novo – elemento cuja presença está sempre enfatizada pela tácita simpatia para com aqueles.

Aqui, a resistência dos locais assume os contornos da fé, ponto sensível quando o autor assevera que a má recepção (inicial) dos moradores de Filipéia se dera em nome da união por uma mesma crença. Destarte, o desenvolver da composição pradiana vai concebendo um invasor que, a despeito de ter se apoderado da terra, nunca conseguiu se

²⁶ (p.5)

apoderar dos espíritos. E pontua, ainda, que a única decisão acertada da Companhia de rapina foi a contratação de Maurício de Nassau.

5.2. Nassau, o Salvador: o elogio nassoviano na composição pradiana

É em tons de exaltação que o discurso de Prado constrói a imagem do conde. De modo mais amplo e detalhado que os demais historiadores elencados na presente análise, aquele autor eleva o governador das posses neerlandesas ao máximo grau de excelência, elegendo-o como verdadeira estrela do Brasil Holandês, cuja presença em tudo abrilhantou o Novo Mundo.

Foi magnificamente servida na emergência a W. I. C na pessoa do Conde Príncipe João Maurício de Nassau. Temos evidente neste caso o quanto pode influir em eventos históricos as qualidades de homem excepcional, cujas virtudes encontrem em momento azado campo favorável para se expandir. O fidalgo escolhido para salvar a conquistas dos holandeses no Brasil pertencia à linhagem excelsa dos ‘Condottieri’ da Casa de Nassau Siegen, que já dera à Holanda Guilherme, O Taciturno. (PRADO, 1964, p. 241)

Num esforço de heroicização do conde alemão, a composição pradiana não cessa de somar virtudes à personalidade do mesmo, apresentando-nos, assim, um jovem robusto e equilibrado que, cercado de ilustres homens versados na arte, ciência e literatura, traria progresso e relativa paz às colônias que administraria.

“Figurou João Maurício com brilho no exército neerlandês junto com outros oficiais alemães. Robusto, equilibrado, jovial, amador de arte e de convívio com artistas, literatos e cientistas, não deixava de possuir argúcia e presença de espírito quando se tornasse necessário.” (PRADO, 1964, p.241)

Segundo Prado, o período nassoviano rendeu aos cofres da WIC um lucro de 20.000.000 libras esterlinas; o autor é categórico ao afirmar que doze meses foram o suficiente para que o conde consolidasse o domínio estabelecido. Porém, mesmo configurando-se como um investimento certo da Empresa, Nassau acaba por tornar-se vítima de intrigas no interior daquela Companhia, que temia seu crescente poder.

No concernente à vinda de Nassau à Parahyba, Prado nos traz um elemento novo ao justificá-la pela necessidade de restabelecimento de sua saúde. Conforme o autor, o conde sofria de acessos febris quando visitou àquela Capitania e o fez no intuito de recuperar-se. No entanto, a viagem de repouso resultou em trabalho, pois foram encetadas várias providências de caráter civil e militar.

A despeito de não mencionar o brasão atribuído à Parahyba, Prado difere-se de Almeida e Mello ao se referir às reformas ordenadas pelo Príncipe, de modo que, sua narrativa ilumina os acontecimentos, tornando-os sempre algo de grandioso, conforme veremos:

“[...] ordenou o conde a construção no Varadouro de grande armazém e molhe para embarcações, e, simultaneamente, a completa reforma do forte de Cabedelo. De blocausse primitivo e acanhado, transformou-se em vasto sistema defensivo, com muros de pedra e cal em que se despenderam cêrca de 31.000 florins”. (PRADO, 1964, p.246)

Percebemos na escrita pradiana maior preocupação em informar o custo financeiro das obras realizadas, bem como, detalhar o resultado das reformas através de comparações. No seu discurso, faz questão de mencionar que as reformas foram feitas simultaneamente e não configuraram-se como simples reparos, mas completa mudança e alto grau de melhoramento, aproximando-se dos escritos de Mello, que também apontam como completa a reforma do forte, ao passo que, como já visto, Almeida não fora capaz de reconhecer.

Talvez a pouca ênfase que os historiadores filhos da terra deram à reforma da Fortaleza se dê pelo fato de que, naquele contexto, a medida serviria mais aos estrangeiros, uma vez que consolidava a defesa da colônia, configurando-se como uma necessidade e não um “mimo”, a despeito dos jardins, palácios e demais empreendimentos urbanísticos concedidos à Capitania vizinha.

Notadamente, Prado exalta o período nassoviano, asseverando, quando do final do mesmo, que a colônia teria ficado desamparada, nos levando à compreensão de que Nassau protegia os moradores contra os abusos da WIC, conforme a citação a seguir:

Sob a sua égide sentiam-se protegidos os moradores contra exações dos agentes da W. I. C., gananciosos e ladravazes, assim como devidamente apoiadas todas as iniciativas úteis à colônia. Ora, a sua partida reperia as coisas no ponto de partida, na situação em que se encontravam quando o tinham convidado para assumir o governo e salvar a ocupação holandesa. (PRADO, 1964, p.161)

Talvez, seja esse o momento em que o conde perde o cariz de invasor e ganhe traços do benfeitor insubstituível que, em sua generosidade, teria deixado um testamento de administração aos seus sucessores que, no dizer do autor em questão:

[...] bastaria manterem-se nas mesmas diretrizes, constantes, para mais, no testamento político que ele lhes deixara, para evitar o desastre. Continuada a orientação do seu governo, não tardaria toda a colônia a cair nas mãos do neerlandês, sem mais possibilidades de luta para os insurretos crioulos.

Longe disso, praticavam os sucessores política oposta, o que não tardou a lhe arruinar obra tão bem encaminhada. (PRADO, 1964, p.264)

Aqui, percebemos claramente a oposição entre Nassau e os demais funcionários da Companhia. O governador incorruptível que, mesmo estando a serviço dos invasores, não compactuou com atitudes as quais julgasse indignas, preferindo, antes, comunicar seu desejo de deixar o cargo.

Mesmo nos momentos em que não alcançara êxito em seus planos, o autor não responsabiliza o príncipe, fazendo recair sobre aqueles que o rodeavam a culpa das mazelas que impediam o bom desempenho de sua administração. Nesse sentido, informações errôneas e intrigas no interior da Companhia justificavam qualquer derrota que, por ventura, Nassau viesse sofrer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se em Prado, a figura de Maurício Nassau é enfatizada e exaltada, o mesmo não acontece na discussão daquele período levada a efeito pelos intelectuais paraibanos Almeida e Mello. O primeiro dedica mais espaço à narrativa de perdas de homens – de ambos os lados – nas batalhas ocorridas entre invasores e portugueses nas terras paraibanas. Aos naturais, coube escolher de que lado lutar. Outro fator interessante na narrativa daquele historiador é o senso crítico que não o permite acusar de traidor ou escamotear as qualidades daqueles que optaram por apoiar os neerlandeses.

A narrativa de Almeida, embora não chegue a considerar os portugueses, também, como invasores, coloca os naturais da terra como sujeitos da História, nos revelando a existência de indígenas notadamente civilizados, dotados de inteligência para compreender a dinâmica da guerra e decidir em favor de quem tomar parte. Mais preocupado em demonstrar as riquezas daquela Capitania, bem como, elencar nomes de elementos importantes que estiveram presentes desde a fundação da Parahyba, é ínfimo o espaço dedicado ao governador estrangeiro.

Mello segue o mesmo caminho, mencionando de modo passageiro a presença do conde naquelas paragens e alguns de seus feitos, não nos dando a conhecer detalhes de sua personalidade ou maior ênfase ao tempo em que governou o Brasil Holandês. Em sua narrativa, o destaque é dado aos índios e demais moradores que se revelaram contra o domínio dos holandeses. Parte daquele historiador a denúncia de que a resistência justifica-se por

fundamentação econômica, visto que muitos só se rebelaram contra o estrangeiro quando chegado o momento de saldar as dívidas contraídas no início do domínio.

Mesmo sendo pouco – ou nada – discutido e arquitetado na historiografia encetada por Almeida e Mello, não devemos desconsiderar o reconhecimento que os mesmos dão ao Príncipe, uma vez que, seja como for, ele esteve a serviço da Companhia invasora. A despeito de não ser exaltado pelos mesmos, levemos em conta o fato de não terem maculado sua fama.

Não percebemos, em nenhum momento, nos discursos dos supracitados autores, um Nassau inimigo ou invasor, apenas o governador que veio à Parahyba duas vezes e ordenou algumas medidas que, muito ou poucas, foram positivas. Ressalte-se, ainda, a importância que aqueles autores deram ao reconhecimento de Nassau ao açúcar produzido na Capitania. Embora muito conte a rivalidade com Pernambuco, o peso de sua opinião revela que a grandeza do conde não lhes era indiferente.

Prado, por sua vez, arquiteta Nassau como protagonista mor do domínio holandês. Concomitante herói, uma vez que, consolidou o domínio da terra, acalmando os ânimos dos moradores com sua política tolerante e progressista; embora, posteriormente, acabe sendo injustiçado pela empresa que o contratou, por se manter, de certo modo, ao lado dos dominados, não se permitindo contaminar pelas sujeiras acumuladas nos recônditos da WIC.

A escrita daquele historiador forja a figura de um Príncipe imaculado, usando de exagero ao dotá-lo das mais eficazes qualidades, em tudo magnífico e superior, mesmo quando vitimizado pelas circunstâncias e nunca responsabilizado pelas derrotas que sofreu. Relembremos aqui que, embora tenha se dedicado ao estudo da História da Paraíba, Prado não é paraibano, o que, talvez, possa justificar o grande espaço e heroicização nassoviana inscritos na sua narrativa.

ABSTRACT

The name on which this work is based was forged in the context in which part of the America known as Brazil was on Batavian dominion. Joao Maurício de Nassau-Siegen was immortalized, both in squares, bridges and gardens, as well as in the popular memory and writings of intellectuals - Recife or not - who proposed themselves to the state of Pernambuco, seeing progress and improvements implemented during his rule. to discuss aspects of their passage and administration. In spite of being especially associated with the Captaincy of Pernambuco, any speech that refers to those times, the Flemings were here and, within the historiography initiated by the Historical and Geographical Institute Paraibano, the subject landed with prominence, since, from there, the intellectuals would extract one of the elements of the daibanity envisioned by DAYS. Derived from the IHGB, that Institute replicated to the local scope the pretensions of building a glorious past for the Parahyba, through the list of facts capable of aggrandizing it, and to its people, by virtue of heroic acts. Thus the Dutch rule in Paraíba was taken in local historiography by the bias of the resistance that accentuated the brave character of its people and the pressing need for separation of the neighboring captaincy. Knowing the impossibility of dissociating the German count from the Dutch chapter of the History of Brazil, we aim, in the present work, to talk about the rhetorical mechanisms through which his figure was constructed in the speeches of three historians who studied the History of Paraíba - the period of domination in the territory of Paraíba. Thus, by comparing the rhetoric of the Paraíbaans Horacio de Almeida (History of Paraíba - Tomo I) and José Octavio de Arruda Mello (History of Paraíba - Struggles and Resistance), as well as, of the São Paulo citizen João Fernando de Almeida Prado (The Conquest of Paraíba), we will examine how (and if) the Prince of Nassau appears, what space is given to the notorious WIC official in the lines of the aforementioned intellectuals. Therefore, we will take into account the author's training and social place of the same, in the terms pointed out by CERTEAU (2007).

Key words: Historiography Paraiban. Hollander. Narrative.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. 3. ed. Notas de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Massangana, 1997

DIAS, Margarida Maria S. **Intrepida Ab Origine. O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

DIHEL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB até 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

CERTEU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HERCKMANN, Elias. **Descrição Geral das Capitânicas da Paraíba**. João Pessoa: s/e, 1982.

FEIST, Hildegard. **Pequena História do Brasil Holandês**. São Paulo: Moderna, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos. Influência e ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1947.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira**. São Paulo: Hedra, 2016.

NASCIMENTO, George Silva do. **Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e a sua História da Paraíba**. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2010.

PUTONI, Pedro Luís. **No Tempo dos Flamengos: Memória e Imaginação. In: Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Leonardo Dantas. **João Maurício: um príncipe renascentista. In: Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Ricardo José de Lima. **A estratégia da saudade: aspectos da administração nassoviana**. São Paulo: Alameda, 2012.

FONTES ELETRÔNICAS

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS. Nº 10 – (Fundador) **José Octávio de Arruda Mello**. Disponível em: < <http://www.aplpb.com.br/academia/cadeiras-01-a-10/159-jose-octavio>> Acesso em: 15 mar. 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **João Fernando de Almeida Prado**. Disponível em < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JFAPrado.html>> Acesso em: jul. 2017.

FONTES DE PESQUISA

ALMEIDA, Horácio de. **HISTÓRIA DA PARAÍBA**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, Conselho Estadual de Cultura.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba – Lutas e Resistência**. João Pessoa: A União, 2007.

PRADO, J. F. de Almeida. **A Conquista da Paraíba (Séculos XVI A XVIII)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.